

Redefinida expansão de 14%

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O programa econômico que o Brasil está propondo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê para 1991 uma programação monetária tão rigorosa quanto a deste ano. O saldo do papel-moeda em poder do público — variável considerada para apurar o critério do crédito interno líquido — só poderá crescer no ano que vem até 30%.

A projeção é consistente com a previsão de que o Produto Interno Bruto (PIB) do País apresente, em 1991, uma expansão de 3% e de que a taxa de inflação atinja variação de 25% na ponta de final de ano. O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir,

destacou ontem que o acordo proposto pelo País ao FMI trabalha com a perspectiva de queda de 3% na atividade econômica em 1990.

O crescimento da oferta de moeda no segundo semestre deste ano, anteriormente fixado em 9,1%, foi redefinido para uma taxa de variação de 14% entre o final de junho e dezembro de 1990.

O chefe do Departamento Econômico (Deppec) do BC, Sílvio Rodrigues Alves, explicou a este jornal que a nova indicação, conforme consta do texto da carta de intenções remetida ao FMI, compensa o ganho obtido no mês de junho, quando a base monetária apresentou queda de 9,2% sobre final de maio.